



Jornal Notícias

31-08-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 110603

Temática: Política

Dimensão: 700

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/26

POLÍTICA // P.26

**Passos evita
confronto
com o TC**

Medidas alternativas na calha, desde que cumpram fins ● PS acusa Governo de agir como se tivesse revisto a Constituição

PASSOS ADMITE CORRIGIR O TIRO APOS CHUMBO DO TRIBUNAL

Gloria Lopes, Paulo Martins e Telma Roque politica@jn.pt

O recurso a medidas alternativas para baixar a despesa pública foi ontem admitido por Passos Coelho. O Governo não quer hostilizar o Tribunal Constitucional. Mas pode explorar divisões no PS.

Um dia após o chumbo do TC ao regime de requalificação de funcionários públicos, a reação do primeiro-ministro não consistiu em desenterrar o machado de guerra. Embora tenha aludido ao risco de um segundo resgate, afirmou-se disponível para "corrigir os fundamentos de inconstitucionalidade do diploma".

De visita a Bragança, disse que o Governo vai "estudar" o acórdão e avaliar as vias para compensar os efeitos nas contas públicas. "Há sempre outras medidas", reconheceu, sem as especificar. "Podem não ser tão justas e tão eficazes" para garantir o objetivo de sustentabilidade a prazo da despesa pública.

NO HORIZONTE CHUMBOS QUE VALEM 1100 MILHÕES

► O corte de pensões dos atuais reformados e a revisão da tabela salarial e de suplementos são duas das medidas de redução de despesa mais sensíveis que o Governo tem pela frente. Juntas valem 1100 milhões de euros, número que poderá ainda crescer, no caso (pouco provável) de chumbo do aumento do horário semanal. A revisão da tabela salarial e dos suplementos poderá ter como destino o Palácio Raton porque pressupõe uma redução da despesa com esta rubrica da ordem dos 445 milhões de euros, o que leva os sindicatos a antever novos cortes salariais. A caminho do Tribunal Constitucional estará igualmente o diploma que aumenta o horário semanal de trabalho para as 40 horas. Em causa estão 240 milhões, entre este ano e o próximo.

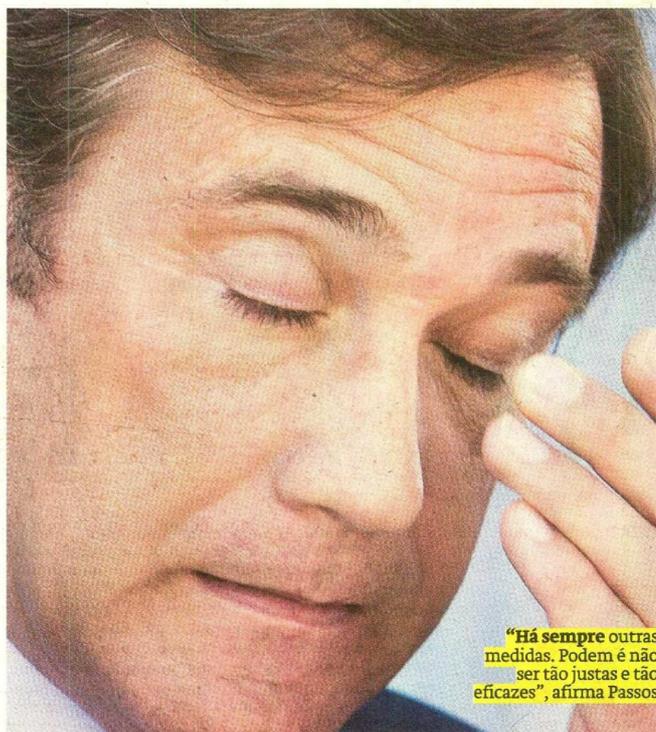
LUCILIA TIAGO

O chefe do Governo espera que o TC não tenha no futuro uma leitura "tão restritiva do princípio da confiança" que impeça o Governo de prosseguir a sua estratégia.

Sem excluir novo aumento de impostos, apesar de não acreditar que o país o suporte, Passos terá de tomar decisões rápidas, já que, para setembro está marcada nova avaliação de programa de ajustamento com a troika. Ontem, a Comissão Europeia avisou que cabe a Portugal indicar quais as soluções, face ao novo contexto.

Marcelo Rebelo de Sousa, que ontem deu uma "aula" na "Universidade de Verão" do PSD, aconselhou a que se evite a guerrilha com o TC. E defendeu o uso da lei da mobilidade especial introduzida por José Sócrates para reduzir os rendimentos de trabalhadores sem atividade, conservando o vínculo à Função Pública, mas autorizando funções no privado.

Sibilinamente, Marcelo deu ao Governo o sinal de que pode explorar as divisões no PS, ao citar as posições emitidas antontem por Vital Moreira na Universidade de Verão socialista. Contrariando a posição do partido, que quer



RUÍ MANUEL FERREIRA / GLOBAL IMAGES

"Há sempre outras medidas. Podem não ser tão justas e tão eficazes", afirma Passos

TRÊS CENÁRIOS // COMO CONTRARIAR O CHUMBO DO TC

Cenário 1 MANTER A LEI MAS ADIAR DESPEDIMENTOS

O despedimento dos funcionários foi chumbado, mas a mobilidade mantém-se. Assim, para já, se as Finanças mantivessem a passagem à mobilidade e o corte de 50% no salário depois de seis meses, o Governo continuaria a reduzir a massa salarial prevista para 2014 (119 milhões). É que a poupança com despedimentos só surgiria em 2015.

MARCELO RECOMENDA AO GOVERNO QUE USE A LEI DA MOBILIDADE

leva ao TC o diploma que altera o horário de trabalho da função pública de 35 para 40 horas semanais, o eurodeputado considerou que não está

Cenário 2 CORTAR MAIS REMUNERAÇÃO NA MOBILIDADE

Atualmente, o Governo prevê um corte de 66% nos primeiros meses de mobilidade e 50% nos últimos seis meses. Mas o Executivo chegou a admitir (numa primeira proposta) um ciclo de 18 meses de requalificação, em que os cortes eram de 66% (depois dos primeiros seis), 55% (passado um ano) e zero (depois de dezoito meses).

ferido de inconstitucionalidade.

O PS, porém, não desarma. Em declarações ao JN, o líder parlamentar acusou Passos Coelho de governar "como se a alteração constitucional que pretendia tivesse sido aprovada". Para Carlos Zorrinho, "gere com o modelo constitucional que não teve coragem de sujeitar aos portugueses". Em idêntico registro, Ana

Cenário 3 ALARGAR O PROGRAMA DE RESCISÕES

Para já, o Governo só tem a correr um plano de rescisão amigável para os assistentes técnicos e operacionais. Abrir mais programas poderia cativar mais funcionários para sair do Estado. Se a solução anterior poderá pecar por inconstitucional (emprego sem vencimento), esta tem peso financeiro bastante elevado: o pagamento de mais indemnizações.

Gomes afirma que os três chumbos do TC a medidas que propôs revelam que o Governo tem "uma agenda de ataque ao quadro institucional". "É um Governo contumaz em violar a Constituição. E não é só por incompetência e por falta de conhecimento da Constituição, mas porque "quer fazer uma reforma constitucional sem o assumir". ●